

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 50, DE 26 DE JANEIRO DE 2020

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Eleitoral do Amazonas relativo ao terceiro quadrimestre de 2020.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, e ainda no PAD nº 7100/2020, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Eleitoral do Amazonas relativo ao terceiro quadrimestre de 2020 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JORGE MANOEL LOPES LINS

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹
	(Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													
	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.216.400,56	8.055.159,85	8.307.559,09	8.290.545,94	8.563.740,74	8.293.448,86	8.050.498,59	8.259.347,88	8.239.733,80	8.951.262,11	14.458.651,78	13.680.908,39	113.367.257,59	150.280,00
Pessoal Ativo	9.048.237,20	7.276.663,53	7.529.062,77	7.486.708,30	7.673.016,47	7.476.718,21	7.260.696,53	7.466.097,97	7.446.507,89	8.158.012,20	13.315.614,13	12.940.653,70	103.077.988,90	150.280,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	8.114.565,43	6.294.678,48	6.293.286,80	6.258.958,74	6.442.995,18	6.244.849,63	6.117.382,16	6.232.774,58	6.204.301,85	6.905.812,49	10.827.728,12	11.680.403,71	87.617.737,17	150.280,00
Obrigações Patronais	933.671,77	981.985,05	1.235.775,97	1.227.749,56	1.230.021,29	1.231.868,58	1.143.314,37	1.233.323,39	1.242.206,04	1.252.199,71	2.487.886,01	1.260.249,99	15.460.251,73	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.168.163,36	778.496,32	778.496,32	803.837,64	890.724,27	816.730,65	789.802,06	793.249,91	793.225,91	793.249,91	1.143.037,65	740.254,69	10.289.268,69	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	711.681,91	514.175,37	514.175,37	515.854,81	620.488,00	546.494,38	505.774,43	505.774,43	505.750,43	505.774,43	713.741,20	448.774,85	6.668.459,61	-
Pensões	396.481,45	264.320,95	264.320,95	287.982,83	270.236,27	270.236,27	284.027,63	287.475,48	287.475,48	287.475,48	429.296,45	291.479,84	3.620.809,08	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.168.163,36	778.496,32	818.958,03	877.678,81	977.844,73	820.024,74	791.349,38	808.245,95	818.261,83	828.232,17	1.172.251,78	477.735,41	10.337.242,51	280,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	629,16	3.302,97	-	-	1.679,34	13.238,94	34.148,17	5.422,06	26.494,80	84.915,44	280,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	40.461,71	73.212,01	83.817,49	3.294,09	1.547,32	13.316,70	11.796,98	834,09	23.792,07	42.286,61	294.359,07	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.168.163,36	778.496,32	778.496,32	803.837,64	890.724,27	816.730,65	789.802,06	793.249,91	793.225,91	793.249,91	1.143.037,65	408.954,00	9.957.968,00	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	9.048.237,20	7.276.663,53	7.488.601,06	7.412.867,13	7.585.896,01	7.473.424,12	7.259.149,21	7.451.101,93	7.421.471,97	8.123.029,94	13.286.400,00	13.203.172,98	103.030.015,08	150.000,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	651.943.266.031,15	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	103.180.015,08	0,015827
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	108.646.345,28	0,016665
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	103.214.028,02	0,015832
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	97.781.710,76	0,014999

FONTE: Sistema SIAFI, SECONT/COF, 22/JAN/2021 e hora de emissão 17h40m.

*Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas neste quadrimestre. Por esse motivo, podem existir atualização de valores publicados nos demonstrativos do 1º e 2º quadrimestre de 2020 (Jan/20 a Ago/20).

3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 660, de 22, de janeiro de 2021.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

				R\$ 1,00	
				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				113.517.537,59	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				10.337.522,51	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				103.180.015,08	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				651.943.266.031,15	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,015827 %	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,016713%	108.959.278,05
	Resol CNJ 5/2005	0,016696%	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,016696%	108.848.447,70
	Resol CNJ 26/2006	-	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	0,016665%	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,016665%	1 08.646.345,28

Fonte: Sistema SIAFI, Unidade Responsável SECONT/COF, Data da emissão 22/JAN/2021 e hora de emissão 17h40m.

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

ANEXO III

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")									
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados	Demais				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	e Não Liquidados	Obrigações Financeiras				
				de Exercícios Anteriores					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))	(g)		(h) = (f-g)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	3.933.236,46	17.464,20	-	97.393,17	-	3.818.379,09	3.818.379,09	-	-
Recursos Ordinários	3.933.236,46	17.464,20	-	97.393,17	-	3.818.379,09	3.818.379,09	-	-
0100 - Recursos Ordinários	3.933.236,46	17.464,20	-	97.393,17	-	3.818.379,09	3.818.379,09	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	1.802.942,58	-	-	-	841.161,53	961.781,05	961.713,35	-	67,70
Recursos Vinculados ao RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano de Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0188- Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos Vinculados	1.802.942,58	-	-	-	841.161,53	961.781,05	961.713,35	-	67,70
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	476.987,59	-	-	-	-	476.987,59	476.987,59	-	-
0150 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	484.793,46	-	-	-	-	484.793,46	484.725,76	-	67,70
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	841.161,53	-	-	-	-	-	-	-	-
0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	841.161,53	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	5.736.179, 04	17.464,20	-	97.393,17	841.161,53	4.780.160,14	4.780.092,44	-	67,70

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável SECONT/COF, Data da emissão 22/JAN/2021 e hora de emissão 17h40m.

Notas:

1. O modelo estabelecido na 10ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.

2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.

3. Na coluna "Disponibilidade de caixa bruta" foram incluídos os valores de limite de Restos a Pagar autorizados no montante de R\$ 4.069.956,87.

ANEXO IV

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

LRF, art. 48 - Anexo 6			R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE		
Receita Corrente Líquida			651.943.266.031,15
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	103.180.015,08	0,015827	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	108.646.345,28	0,016665	
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	103.214.028,02	0,015832	
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	97.781.710,76	0,014999	
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor apurado nos demonstrativos respectivos	4.780.092,44	67,70	

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável SECONT/COF, Data da emissão 22/JAN/2021 e hora de emissão 17h40m.

Des. JORGE MANOEL LOPES LINS
Presidente do Tribunal
Em exercício

RUY MELO DE OLIVEIRA
Diretor-Geral

PAULO GERMANO CARVALHO LEITE
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças
Em exercício

RINALDO PAES GUIMARÃES
Coordenador de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA TRE Nº 14, DE 22 DE JANEIRO DE 2021

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo relativo ao terceiro quadrimestre de 2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo nº 4.147/2015, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo relativo ao terceiro quadrimestre de 2020, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR

